



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

001008

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 - PMB

Processo Licitatório: 2023.1104.0055.

Pregão Eletrônico: 13/2023 – PMB.

Objeto: Aquisição de equipamentos MOBILIÁRIOS, ELETRÔNICOS, UTENSÍLIOS E ELETRODOMÉSTICOS para atendimento escolar aos estudantes do último ano da Educação Infantil, advindos do Programa “Alfabetizar pra Valer”, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo deste município.

Recorrente:

GLADSON DA COSTA NAZARO, CNPJ: 52.902.127/0001-08.

CONTRARRAZÕES: Não houve contrarrazões

I – PRELIMINARES

Trata-se de recurso administrativo interposto pelo licitante GLADSON DA COSTA NAZARO, contra decisão desta Pregoeira que, na condução do Pregão Eletrônico nº 13/2023, aceitou as propostas dos itens 28 e 34, apresentadas, respectivamente, pelos licitantes INOVA TECH INFORMATICA LTDA e REDNOV FERRAMENTAS LTDA pelos fatos e fundamentos aduzidos em suas razões, constante nos autos do Processo Licitatório nº 2023.1104.0055.

III – TEMPESTIVIDADE

Nos termos do Art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, esta Pregoeira em 04/01/2024 às 13:32 declarou habilitadas as empresas INOVA TECH INFORMATICA LTDA e REDNOV FERRAMENTAS LTDA nos itens acima citados. Após abertura do prazo de 10 (dez) minutos para intenção de recursos, a recorrente apresentou manifestação de recurso no mesmo dia às 13:35, portanto, cumpriu a tempestividade. No mesmo dispositivo legal supracitado, disciplina-se o prazo para envio das Razões do Recurso, qual seja, 3 (três) dias. A recorrente apresentou suas razões no dia 06/01/2024, de forma tempestiva. Não houve apresentação de contrarrazão.

Neste diapasão, passamos a analisar o mérito das razões do recurso a fim de zelarmos pelo bom andamento e lisura do processo licitatório.

III – RAZÕES DO RECURSO

Em suas peças recursais, a recorrente alegou que as licitantes declaradas vencedoras apresentaram marca/modelo dos produtos ofertado em desconformidade com o Termo de Referência do instrumento convocatório.

V – ANÁLISE DA PREGOEIRA

Tendo em vista que a Pregoeira deve zelar pela lisura do processo licitatório, apropriando-se dos regramentos normativos, bem como de todo um conjunto de doutrinas e jurisprudências consolidadas que orientam a mesma na busca da decisão mais acertada, diante de um cenário por vezes, não esperado pela norma, mas amplamente enfrentado pelos operadores do processo licitatório.

Dos fatos e fundamentos trazidos ao recurso ora enfrentado, observo com zelo cada linha, revendo todos os passos do processo referente ao Pregão Eletrônico nº 13/2023, neste ponto, passo a análise.

O argumento da recorrente no item 34 (VENTILADOR ESCOLAR DE PAREDE) está pautado no fato de o modelo apresentado pela licitante não estar supostamente de acordo com o modelo do FNDE, conforme preceitua o termo de referência, pois o modelo do FNDE solicita ventilador com grade de proteção metálica e o modelo da empresa



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

001009

vencedora apresenta grande de proteção de plástico.

Já no item 28 (PROJETOR MULTIMÍDIA) o argumento da recorrente se baseia no fato de o modelo apresentado pela licitante não possuir saída VGA, como fora solicitado no Termo de Referência.

VII – CONCLUSÃO

Respeitando a lisura do processo sem descuidar do aproveitamento dos atos sanáveis, homenageando o Princípio do Formalismo Moderado, tão em voga nas decisões do TCU, decide esta Pregoeira, sem reservas, nos termos dos pedidos recursais, o seguinte:

Dar provimento ao pedido de recusa das propostas dos licitantes INOVA TECH INFORMATICA LTDA e REDNOV FERRAMENTAS LTDA por apresentar modelos em desconformidade com o solicitado no Termo de Referência.

Como efeito jurídico das decisões acima declaradas, impõe-se a anulação da Declaração de Vencedor das empresas citadas, procedendo ao chamamento da licitante seguinte, obedecendo a ordem de classificação das propostas.

Solicitamos a esta digníssima Procuradoria Geral do Município parecer opinativo e orientativo sobre a decisão a ser proferida por esta CPL.

Submeta-se a decisão desta Pregoeira, à apreciação da Autoridade Competente para julgamento do recurso, a fim de manter ou reformar as decisões que não foram revistas.

Boquim (SE), 17 de janeiro de 2024.


MARILENE ALMEIDA DE MENEZES
Pregoeira